



Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, realizou-se, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pela Sra. Presidente da Câmara Maria das Dores Marques Banheiro Meira e na mesma estiveram presentes o Sr. Vice-Presidente Manuel Joaquim Pisco Lopes e os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira.

Tomou posse Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, conforme documento anexo à presente ata, sob o registo n.º 1, para substituir o Sr. Vereador Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, ficando o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 2.

O Sr. Vereador Fernando Miguel Catarino José esteve presente, em substituição do Sr. Vereador Paulo Alexandre da Cruz Lopes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

O Sr. Vereador Joel Alexandre Neves Marques esteve presente, em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando o pedido de substituição e o documento de verificação de identidade e legitimidade de membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do Artigo 24.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do Artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

### **Índice**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 05 de fevereiro de 2020.**
  - 2. Deliberação n.º 62/20 – Proposta n.º 2/2020 – GAP – Moção – Ampliação do Hospital de S. Bernardo e investimentos em equipamentos de cuidados de Saúde em Setúbal.**
  - 3. Deliberação n.º 63/20 – Proposta n.º 13/2020 – DAF – SETGÁS – Sociedade de Distribuição de Gás Natural, SA – Alienação da Participação do Município de Setúbal.**
  - 4. Deliberação n.º 64/20 – Proposta n.º 14/2020 – DAF/DICONT – Fundos de Maneio – Alterações de valores e criação de quatro cartões multibanco com plafond.**

5. **Deliberação n.º 65/20 – Proposta n.º 17/2020 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Orçamento da Receita e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos.**
6. **Deliberação n.º 91/20 – Proposta n.º 18/2020 – DAF/DICOR - Empréstimo médio/longo prazo – Linha BEI (Terminal Interface Setúbal) - Pedido de autorização de contratação de empréstimo.**
7. **Deliberação n.º 66/20 – Proposta n.º 02/2020 – DCIRT/GAFE – Aceitação de Doações – Setúbal Christmas Fest 2019 e Fim de Ano Azul 2019/2020.**
8. **Deliberação n.º 67/20 – Proposta n.º 03/2020 – DCIRT/GAFE – Edital sobre a Feira de Sant’Iago 2020.**
9. **Deliberação n.º 68/20 – Proposta n.º 05/2020 – DURB – Protocolo de cooperação para a elaboração do Plano Estratégico da “Cidade do Conhecimento”.**
10. **Deliberação n.º 69/20 – Proposta n.º 4/2020 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para 2020 ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.**
11. **Deliberação n.º 70/20 – Proposta n.º 10/2020 – DOM – Empreitada CPU50/17/DOM – Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de S. Filipe – Termos da extinção do contrato de empreitada, por revogação e aprovação da respetiva minuta.**
12. **Deliberação n.º 71/20 – Proposta n.º 20/2020 – DCDJ/DICUL – Fixação de preços de venda de ingressos, na Casa da Cultura, para as Comemorações do Dia Mundial do Teatro.**
13. **Deliberação n.º 72/20 – Proposta n.º 21/2020 – DCDJ/DICUL – Carnaval 2020 – Apoio para atividades de Carnaval.**
14. **Deliberação n.º n 73/20 – Proposta n.º 22/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolos de colaboração - Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi, Grupo Coral da Escola Secundária de Bocage, Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense.**
15. **Deliberação n.º 74/20 – Proposta n.º 23/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro Disrupção – Associação Cultural.**
16. **Deliberação n.º 75/20 – Proposta n.º 24/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio à Banda Filarmónica da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense – fardamento.**
17. **Deliberação n.º 76/20 – Proposta n.º 25/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio financeiro à Associação de Moradores do Bairro da Anunciada – homenagem ao músico Manuel Carlos Casalão.**
18. **Deliberação n.º 77/20 – Proposta n.º 26/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio financeiro Teatro do Elefante – Ação Cultural – C.R.L.**
19. **Deliberação n.º 78/20 – Proposta n.º 27/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio financeiro Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes.**
20. **Deliberação n.º 79/20 – Proposta n.º 28/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio ao 44.º Festival Nacional de Folclore de Praias do Sado – Setúbal.**
21. **Deliberação n.º 80/20 – Proposta n.º 29/2020 – DCDJ/DICUL - Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz.**
22. **Deliberação n.º 81/20 – Proposta n.º 30/2020 – DCDJ/DICUL - Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Galeria Zé dos Bois, Associação Cultural.**
23. **Deliberação n.º 82/20 – Proposta n.º 31/2020 – DCDJ/DICUL - Protocolos de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal, Coral Infantil de Setúbal, Coral Luísa Todi.**

4

24. **Deliberação n.º 83/20 – Proposta n.º 32/2020 – DCDJ/DICUL - Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e as Bandas Filarmónicas: Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, Sociedade Filarmónica Providência e Sociedade Musical Capricho Setubalense.**
  25. **Deliberação n.º 84/20 – Proposta n.º 33/2020 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube Ornitológico de Setúbal – Eventos Desportivos 2020.**
  26. **Deliberação n.º 85/20 – Proposta n.º 34/2020 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições Desportivas.**
  27. **Deliberação n.º 86/20 – Proposta n.º 35/2020 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Associação de Atletismo Lebres do Sado – Organização Eventos 17.ºs Jogos do Sado.**
  28. **Deliberação n.º 87/20 – Proposta n.º 36/2020 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Centro Ciclista Azeitonense – 30.º Prémio Juvenil da Aldeia da Piedade.**
  29. **Deliberação n.º 88/20 – Proposta n.º 37/2020 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Mesa de Setúbal.**
  30. **Deliberação n.º 89/20 – Proposta n.º 38/2020 – DCDJ/DIDES – Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas – Eventos Desportivos 2020.**
  31. **Deliberação n.º 90/20 – Proposta n.º 01/2020 – DAAE/DIAES – Isenção de Taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES – Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal – auditório, sala de formação e sala de reuniões – 4.º trimestre de 2019.**
- C) **Período destinado à intervenção do Público.**

## A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

### 1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do seu gabinete, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente no âmbito do Departamento de urbanismo (incluindo Licenciamentos), conforme documentos arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 9 a 11.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente no âmbito do Departamento de Recursos Humanos, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 12.

### 2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que já ali tinha levantado, por três vezes, a questão do estacionamento no Montalvão, junto a um espaço comercial que tinha um talho, uma drogaria e o “Docinho de Mel”. Que existiam três lugares de estacionamento que estavam, naquele momento, indevidamente atribuídos e que o estacionamento que estava em frente do talho também devia ser revisto, pelas questões que ali tinha levantado.

Referenciou que a Sra. Presidente, por três vezes, tinha informado que os Serviços estariam a analisar. Afirmou que já tinham passado alguns meses e perguntava se os Serviços ainda estavam a analisar ou se já tinham chegado a alguma conclusão.

Saudou igualmente a nomeação de Patrícia Maute como diretora do Fórum Municipal Luísa Todi, referindo que o anterior diretor tinha feito um bom trabalho nesse espaço, em termos de dinamização, e que esperavam que esse trabalho continuasse a ser desenvolvido.

Por fim, aproveitou a oportunidade para saudar o cartaz da Feira de Sant'Iago, o qual considerou estar muito bem conseguido e que o tema, também, tinha sido muito bem escolhido. Salientou que apesar de algumas críticas que tinha havido nas redes sociais, estavam totalmente de acordo com o cartaz e com o tema escolhido.

Por último declarou que, muito embora não concordassem com o local da Feira de Sant'Iago e com algum conceito que tivesse existido, esperavam que a Câmara Municipal continuasse a fazer todos os esforços para dignificar cada vez mais aquele certame maior da nossa região, como tinha feito até ali.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que queria informar o executivo da realização, na quinta-feira anterior, de uma iniciativa que tinha juntado muitas vezes, de vários quadrantes políticos, sociais e culturais, não só da cidade, mas, também, da região e do país, em torno da promoção da Paz e da iniciativa “*Vozes pela Paz*”, a qual, infelizmente, não tinha contado com a presença de nenhum Senhor Vereador da oposição.

Declarou que, de qualquer forma, tinha sido um momento importante, que tinha lançado a realização de um “*Encontro pela Paz*” em Setúbal, em 30 de maio, que envolvia muitas organizações de diferentes inspirações políticas, sociais, culturais e filosóficas, tendo como grande objetivo a importância de todos trabalharem para a promoção da Paz nas suas sociedades, entre os povos e da solidariedade e da cooperação.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que pretendia dar uma nota que não era apenas de oportunidade, mas obrigatória, tendo em conta o acontecimento do dia anterior, com o lançamento do maior Concurso Internacional jamais realizado no país, no valor de 1.200 milhões de euros, a sete anos, para a adjudicação do serviço de transportes rodoviários na Área Metropolitana de Lisboa. Destacou que aquele Concurso, que alguns alvoraram que nunca chegaria a acontecer e que iria prejudicar a população de algumas partes do país, não se verificou até à altura. Defendeu que uma parte da aplicação do programa com a introdução do passe social Navegante tinha sido generalizada e um sucesso, ao contrário daquilo que alguns previram. Salientou que tal situação se tratou de uma primeira grande revolução social nos últimos tempos para o país, permitindo que na Área Metropolitana de Lisboa, 900 mil pessoas pudessem utilizar os transportes coletivos da forma mais económica e acessível às suas bolsas, com um impacto nos utilizadores e nas demais famílias, que mesmo não utilizando os transportes coletivos teriam sempre familiares, nomeadamente filhos ou estudantes que os iriam utilizar, para além da facilidade concedida aos maiores de 65 anos que passariam a ter acesso ao transporte coletivo a preços acessíveis. Que o referido Concurso tinha sido realizado no dia anterior, pelas 15:15 horas, tendo a cerimónia do “*carregar do botão*” para o lançamento do Concurso Internacional sido efetuada pela Senhora Presidente da Câmara de Setúbal. Por último, evidenciou que esse gesto constituiu um acréscimo para o Município de Setúbal que lhe aprazia registar, e que esperava que em 2021 se viesse a concretizar aquela segunda revolução nos transportes em Portugal com efeitos práticos.

**Sra. Presidente** – Informou o Sr. Vereador Fernando José que poderia falar a vezes que quisesse, mas que a alteração só seria resolvida quando houvesse possibilidade por parte dos respetivos Serviços, nos quais depositava toda a confiança. Disse que a pessoa que preocupava o Senhor Vereador teria que esperar um pouco mais, dado que os Técnicos Municipais eram pessoas idóneas e responsáveis, muito trabalhadores, os quais não tinham mãos a medir para organizar a Cidade que os Senhores Vereadores do Partido Socialista tinham deixado desorganizada. Que poderia dizê-lo às vezes que quisesse, dado ser livre para o fazer e poderia fazê-lo no período correspondente, desde que o fizesse com respeito e dignidade, tal como tinha acontecido.

4

Em relação à Feira de Santiago tinha ficado satisfeita por saber que o Sr. Vereador Fernando José partilhava com eles a proposta apresentada pelos técnicos da área da comunicação, significando que estavam de acordo naquele caso. Defendeu que em relação à localização da Feira, sempre disseram que não era uma localização acabada, mas a possível e lembrou que a localização da Feira de Santiago tinha sido proposta pelo Partido Socialista, havendo documentos escritos que o podiam comprovar, mas o Sr. Vereador Fernando José teimava sempre em esquecer. Transmitiu que seria bom que o Partido Socialista tivesse falado a uma só voz, que tivesse um plano, uma visão, uma estratégia, mas eles sabiam que não tinham. Prosseguiu afirmando que a situação era cíclica, que uns pensavam de uma maneira, outros já pensavam de maneira diferente, mas que, no entanto, havia documentos escritos que podiam confirmar que, na altura, tinha sido o Partido Socialista a propor aquele espaço como solução para a localização da Feira de Santiago.

Informou que a Divisão do Turismo, tal como tantas outras, tinha sido extremamente ativa e promotora daquilo que eram as “*Coisas de Setúbal*”. Comunicou que entre vários Certames em que têm estado presentes, em 2020 e pela primeira vez, tinham estado no Xantar - Salão Internacional de Turismo Gastronómico, em Ourense, num lugar de destaque e com a presença de alguns produtores da Região, na área dos vinhos, do pescado, da doçaria e outras áreas, a promover Setúbal. Deu nota de que tinha saído numa revista extremamente importante na Galiza, uma referência àquela Feira. Transmitiu que o Município participou no Campeonato Nacional de Profissões, uma organização do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional, o qual escolheu Setúbal para ser palco daquele grande evento, tendo decorrido entre 9 e 14 de fevereiro de 2020. Que a organização daquele evento foi aprovada em dezembro de 2018 e começou a ser preparada em conjunto com IEFP no primeiro trimestre de 2019, acabando por se revelar uma iniciativa de grande sucesso. Tinham sido envolvidas as Divisões da Cultura, da Juventude, do Turismo, da Proteção Civil, do Trânsito, da Higiene Urbana, dos Espaços Verdes, do DOM, do Gabinete de Protocolo e do Gabinete de Apoio à Presidência. Também tinha sido dado apoio em todas as vertentes de coisas pontuais, transversais ao resto da câmara. Destacou o trabalho realizado no alisamento e colocação de tout-venant no terreno contíguo ao IEFP de Setúbal, o qual permitiu a sua transformação num grande parque de estacionamento para todas as viaturas envolvidas, nomeadamente nos autocarros que não tinham espaço para estacionar. Tinha sido a Câmara Municipal que, com o tout-venant cedido pela pelo IEFP, construiu aquele grande parque de estacionamento o qual foi posteriormente cedido à Câmara Municipal, enquanto não houvesse espaço para resolver os problemas decorrentes da Obra do Interface.

Salientou que os Serviços Municipais tinham sido interlocutores junto das Entidades Locais, de forma direta ou indireta, fossem os hotéis, os restaurantes, a APSS na cedência das instalações do “Cais 3”, as forças de segurança para o apoio e regulação do trânsito, os lugares visitados pelos concorrentes, destacando a Juventude Azeitonense que gentilmente cedeu o pavilhão para o desenvolvimento de algumas atividades lúdicas, dos Participantes do Campeonato Nacional das Profissões. Realçou que aquele evento tinha envolvido 369 Concorrentes, tendo sido apresentadas sete regiões do país, 350 jurados, 44 profissões divididas em seis áreas profissionais. Que as entidades participantes tinham sido os Centros de Formação Profissional, os Centros Escolares, as Escolas Profissionais e entidades formadoras representadas por 109 pessoas. Referiu a presença de delegações de três países, Espanha, Rússia e a Polónia. Que o evento envolveu oito mil metros quadrados de espaços oficiais equipados, tendo estado presentes 200 voluntários, mais de 8.500 visitantes oriundos de escolas e centros de formação de quase todas as regiões do país. Informou que tinham sido realizados três seminários e que tinham sido distribuídas 149 medalhas aos Concorrentes: 58 de ouro, 46 de prata e 45 de bronze. Que tinham sido envolvidos 48 parceiros ou patrocinadores e na cerimónia de abertura, tendo salientado que no encerramento tinham estado 1.100 participantes. Relativamente à comunicação social, salientou a cobertura mediática pela TSF ao longo de todos os dias e na RTP, através dos programas “*A Nossa Tarde*” e “*Portugal em Direto*”, emitido no dia 13 de fevereiro. Que tinha sido envolvida a hotelaria da região e alojamentos locais, salientando um hotel em Almada e



um hotel em Palmela. Para que se pudesse ter a noção da dimensão, aludiu que a região possuía 539 alojamentos locais ocupados. Por último, salientou que se tinha tratado de um evento de grande dimensão para Setúbal, com relevância a vários níveis, “um sucesso para a Cidade e para o Concelho, permitindo mostrar a todos os participantes aquilo que Setúbal tinha de melhor”.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Projeto de Ata da reunião ordinária de câmara de 05 de fevereiro de 2020**

**Sra. Presidente** – Saudou o GAOM – Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, pelo grande esforço que tinha sido feito na reorganização daquele gabinete, que dava apoio à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal.

A Sra. Presidente submeteu o projeto de Ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na referida reunião, não tendo havido discussão sobre o mesmo.

### **2. Deliberação n.º 62/20 – Proposta n.º 2/2020 – GAP – Moção – Ampliação do Hospital de S. Bernardo e investimentos em equipamentos de cuidados de Saúde em Setúbal**

O Sr. Vereador Ricardo Oliveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 13.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que a sua Bancada entendia, uma vez que havia o reconhecimento, vertido no texto da moção da resolução do Conselho de Ministros, que previa a construção do novo edifício para o serviço de urgência, o reconhecimento de que no relatório do Orçamento do Estado já estariam previstos encargos para a construção do novo edifício. Referiu que tinha tido conhecimento de que no dia anterior houvera uma visita ao Hospital do Outão efetuada pela DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças, a qual seria mais um sinal de que o processo estaria a decorrer, conforme aquilo que estaria previsto, para poder assegurar o financiamento daquela construção. Informou que aquela moção poderia ser uma questão ao Governo, sobre o momento em que iriam prever o lançamento do Concurso público, mas que a forma como terminava os seus considerandos, na proposta de deliberação de exigência de algo que já se sabia que estaria a decorrer, quando em sede de debate do Orçamento de Estado não tinha tido conhecimento que os deputados do PCP, nem dos Verdes, tivessem levantado aquela questão, não lhes parecia que fizesse particular sentido. Por último, declarou que a sua Bancada poderia acompanhar uma deliberação que questionasse quando é que o Concurso Público seria lançado, mas a forma como aquele documento estava construído não fazia sentido e como tal não iriam acompanhar.

**Sr. Vice-Presidente** – “Entendiam que a forma de suprir a falta de fé era deixar de rezar, porque tinham a fé de que o milagre acontecia”. Continuando, salientou que se não tivesse havido protocolo não concretizado nem à vista de concretização, se não tivessem havido as dúvidas levantadas em sede de debate do Orçamento de Estado, se não fossem concretizadas diretamente verbas afetas à obra do Hospital de São Bernardo, as dúvidas não seriam levantadas. Salientou que não estavam em condições de gerir a coisa pública, por profissão de fé e que existiam compromissos que não estavam a ser correspondidos nas decisões do Governo Central e que discutido o Orçamento de Estado também não se verificava a sua concretização. Referiu que por mais fé que possuíssem teriam que se confrontar com a realidade, tomando posições claras para que houvesse uma resposta clara.

4

Desafiou o Sr. Vereador Joel Marques a apresentar respostas em concreto, salientando que com tal informação prestaria um bom serviço ao Município com o intuito de os informar onde estaria a verba afeta àquelas obras, que se encontravam protocoladas e prometidas. Declarou que nunca disseram que o Governo não as realizaria, mas que se tornava primordial que a sua concretização acontecesse e que não lhes bastava apenas a visita dos técnicos, porque em muitas outras situações também chegaram a ter a visita dos técnicos aos edifícios ou às propriedades do Estado, dezenas de anos antes das coisas se realizarem. *“Certamente já foram mais vezes técnicos ao Hospital de S. Bernardo não sendo por isso o indício suficiente para que as coisas estejam a acontecer”*. Salientou que aquilo que estava ali a ser tomada era uma posição política, não sendo uma ação de reivindicação nova, mas antes uma ação de marcação de uma posição de exigência de uma clarificação por parte da Administração Central e do Governo. Colocou a questão da possibilidade de concretização dos três Centros de Saúde, se as verbas seriam afetas ao ano em curso e anos seguintes, se seria ou não para concretizar a ampliação do Hospital de São Bernardo, em que medida e se eram com que verbas do ano em curso e anos seguintes. Asseverou que as dúvidas levantadas não obtiveram resposta da parte do Governo, e que por isso aquela moção era quase obrigatória. *“Por muita fé que tenhamos no Governo, não se pode dizer que o milagre acontece, não se governa por atos de fé, perante aquelas circunstâncias, pela necessidade daqueles equipamentos, pela imposição de novas responsabilidades na descentralização de competências dos Municípios onde aqueles equipamentos eram chave, para que pudesse concretizar as transferências na área da Saúde”*. Disse não se tratar de uma atitude política que se colocava à oposição para assumir, mas uma posição concreta de clarificação daquilo que estava comprometido, dada a sua importância na concretização e no seu esclarecimento, bem como a necessidade concreta de um compromisso político de quem o poderia executar. Que não se tratava de um apelo, havia uma necessidade de obrigação em assumir ou se evadiam, caso não votassem uma posição tal como referia a moção e em concreto teriam que dizer se faziam ou não faziam e onde estaria a verba para a obra. Transmitiu ser aquele o teor da deliberação que constava na proposta. Por último, defendeu que os membros do executivo e os membros do Partido Socialista que eram de Setúbal tinham todo o interesse em ver aquela confirmação e como tal deveriam de votar juntamente com o executivo CDU.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Informou o Sr. Vereador Joel Marques que não era intenção de replicar aquilo que tinha sido a discussão do Orçamento de Estado para 2020, que tinha o seu lugar e era votado na Assembleia da República, porque ali limitavam-se a acompanhar o desenvolvimento e as suas consequências, em especial no que se referia ao Município de Setúbal. Declarou que o Relatório do Orçamento de Estado era um documento que não era votado e, de acordo com a Lei de Enquadramento Orçamental, era obrigatório e pretendia explicá-lo. Que quando se estudava o Orçamento de Estado tinham que estudar muitos mapas, nos quais encontraram algumas incongruências, no entanto conseguiram perceber que havia uma correspondência entre o que estava previsto no Relatório do Orçamento do Estado, no valor de 304,8 milhões de euros de investimentos nas entidades públicas reclassificadas para 2020. Verificaram a que correspondia cada um desses investimentos e certificaram-se que 30,10 milhões de euros eram destinados ao Hospital de São João no Porto, 5,65 milhões para o Hospital do Espírito Santo em Évora, em atividades tinham sido destinados 370 mil euros no Hospital de São Bernardo, em despesas de investimento 5,11 milhões, sendo que para construção era 1,62 milhões e para reparação e conservação 3,40 milhões. Continuou dizendo que o próprio Orçamento de Estado referenciava de onde vinha todo aquele dinheiro e que para despesas de projeto para o Hospital de São Bernardo Setúbal tinham sido inscritos 84,220 mil euros, para estudos-pareceres, projetos e consultadoria financiados com receita própria do hospital. Com receita própria do hospital para investimento em projetos para conservação e reparação tinham previstos 300 mil euros, para construção com receitas próprias tinham previstos 1.623.797,00€. De financiamento europeu tinha previsto no *“Fundo de Coesão”*, a verba de 3.188.638,00€ para conservação e reparação. Os 11,1 milhões de euros para 2020, que no Relatório do Orçamento do Estado e

naquilo que tinha sido a afirmação do próprio Ministério da Saúde e aquilo que tinha vindo a público, iria afetar a ampliação do Hospital de São Bernardo numa verba total de cerca de 17 milhões de euros, significaria que aqueles 11,1 milhões de euros não existiriam. Disse que as contas do Hospital de São Bernardo tinham que constar no Orçamento de Estado pois o Centro Hospitalar de Setúbal não era uma empresa pública qualquer, era uma empresa pública em que o fundamental das suas receitas eram transferidas num contrato-programa com o Ministério da Saúde através do Orçamento de Estado, e que por isso todas as despesas dos consumíveis, dos salários e do que quer que fosse, deveria constar nos mapas do Orçamento de Estado e que na realidade constavam, mas que a verba do investimento para a ampliação não constava e era isso que os preocupava e ao terem percebido que os esclarecimentos continuavam todos numa lógica de *que andavam à procura de financiamento*, por isso se colocava a questão para quando, se para 2021 ou para 2022. Defendeu que o Centro Hospitalar de Setúbal deveria ser informado que o projeto que estavam a desenvolver, autorizado e previsto no plano de investimentos na área da saúde, não era para arrancar em 2020 e não tinham condições para em 2020 lançar o Concurso Público Internacional, porque tinham as informações de que só tendo as respetivas verbas é que o conseguiriam. Salientou que o Senhor Vereador poderia dizer que o Hospital de São Bernardo tinha 123 milhões de euros de receita e assim conseguiria acomodar um projeto daquele tipo, mas na realidade não o conseguiria, porque em 2018 o Hospital de São Bernardo tinha obtido 23 milhões de euros de prejuízo e desde aquela altura não tinham tido qualquer recapitalização que permitisse superar aquele prejuízo, significando tal situação que estavam a falar de um hospital descapitalizado. Revelou que a própria Ordem dos Médicos, na visita que fez, naquela que o Senhor Vereador tinha referido e bem, tinha alertado para um subfinanciamento crónico do Centro Hospitalar de Setúbal, porque o modelo de financiamento daquele Hospital não correspondia às valências, à atividade que desenvolvia e à qualidade do pessoal e que aquele hospital não tinha condições de colocar com as receitas próprias, todas as alterações para lançar aquele tipo de Concurso Público.

Preocupava-os terem verificado que na ARS de Lisboa e Vale do Tejo não havia verba suficiente para acomodar o conjunto de Centros de Saúde que se candidataram a verbas de financiamento dos fundos comunitários, cujas Câmaras Municipais avançaram com as respetivas Candidaturas, num compromisso de lhes serem transferidas participações para essas construções e por essa razão pretendiam obter respostas.

Defendeu que a aprovação daquela deliberação devia ser por unanimidade, para demonstrar a unidade de toda a Comunidade Setubalense, de todos os Eleitos representantes, de todas as sensibilidades políticas que residiam no Município de Setúbal, em torno dos equipamentos de saúde do território, em torno do seu Hospital, em torno dos seus Centros de Saúde, pedindo ao Governo o esclarecimento necessário e a exigência concreta para avançar no imediato. Disse ser precisamente aquilo que constava na deliberação, o que seria positivo. Referiu que em período pré-eleitoral para as eleições legislativas os Senhores Vereadores tinham feito anúncios de *"mundos e fundos"*, mas que tinham ficado por serem concretizados, sem saber para quando, o que não podia ser. Que tudo aquilo os preocupava e não podiam estar *"a ver passar o comboio, a ver passar os navios"*, não podiam ter uma posição passiva, a qual não representava os interesses dos Municípios do Concelho de Setúbal e que não tinha sido por capricho, porque todos sabiam da necessidade e da importância da ampliação do Hospital. Afirmou que nem todos estavam de acordo com o projeto em causa e que a Câmara era crítica daquele projeto no sentido em que não previram o número de estacionamento suficientes para haver um aumento de carros, que acomodassem o aumento de procura do Hospital de São Bernardo de acordo com o que estaria previsto no projeto, contrariando o parecer que a Câmara Municipal de Setúbal tinha emitido, mas que mesmo assim amparavam o projeto, porque os profissionais que trabalhavam no Hospital de São Bernardo mereciam ter condições de trabalho em segurança e porque especialmente os Utentes que eram servidos pelo Hospital de São Bernardo mereciam melhores condições para serem atendidos. Declarou por isso que aquele era um problema que não podia ficar numa agenda política ou ficar por mera intenção política, havendo necessidade de ser concretizado, e que



6

por isso tinha chegado o momento da Câmara tomar na sua voz, a voz dos seus Municípes. Salientou por último ser muito importante que aquela proposta fosse aprovada por unanimidade, a não ser que nem todos estivessem de acordo com a importância do que estava previsto e que tinham certezas que mais ninguém as tinha.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que existia um caminho muito tortuoso entre aquilo que era o anúncio, o planeamento e a sua própria execução. Mais que os anúncios, planeamento e a sua execução, preocupava-os o Hospital de São Bernardo de sobremaneira, porque eles tinham visto e sofrido os impactos de uma quebra do serviço público no Serviço Nacional de Saúde e essencialmente no Hospital de São Bernardo. A título de exemplo, referiu que no dia 17, no Jornal I, o bastonário da Ordem dos Médicos tinha anunciado que no final do ano de 2020, devido à reforma de alguns médicos, o serviço de urgência de obstetrícia iria deixar de funcionar. Havia questões que os preocupavam mais do que as questões do tijolo e do cimento. Preocupava-os a qualidade e a continuidade da prestação dos serviços de saúde, preocupava-os a acessibilidade ao referido hospital. Certamente que desejariam o aumento do volume físico do espaço do hospital, mais médicos, mais capacidade de providenciar a saúde pública que os cidadãos mereciam, no entanto, entre o anúncio, o planeamento e a realização de uma nova ala para o hospital haveria matérias bem mais importantes para tratar, nomeadamente que não ficassem sem serviço de urgência, tal como tinha acontecido com outros hospitais do distrito.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Informou o Sr. Vereador Ricardo Oliveira que o Partido Socialista concordava com muitas das preocupações que ali tinham sido levantadas. Enquanto representantes dos setubalenses e dos azeitonenses certamente que os preocupava a situação do hospital de Setúbal, mas aquilo que estavam a discutir era uma moção. Não era uma moção que iria resolver os problemas da saúde em Setúbal e entendiam que poderiam acompanhar aquela moção, como já tinha sido referido pelo Vereador Joel Marques, caso solicitassem o esclarecimento de um compromisso, que já tinha sido assumido e não uma exigência. Existia um compromisso assumido, existia um protocolo assinado. Enquanto representantes da população de Setúbal teriam simplesmente que solicitar ao Ministério da Saúde esclarecimentos sobre as dúvidas que poderiam eventualmente existir. Nessa altura aquela moção faria todo o sentido, assim como faria todo o sentido se fossem mudados os seus considerandos finais, onde constava “*exigir aos responsáveis*”. Exigir não fazia sentido, quando os compromissos tinham sido assumidos, apenas fazia sentido solicitar informação e esclarecimentos, só assim a moção tinha todo o sentido e nesse pressuposto estavam disponíveis para acompanhar aquela moção.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que não pretendia duplicar a intervenção do Vereador Fernando Paulino, mas entendia que o Sr. Vereador Ricardo Oliveira lhe tivesse dirigido uma parte significativa da sua intervenção, quando já tinham compromissos assumidos, mas tinham dúvidas. O Partido Socialista não se movia por atos de fé, mas quando tinha dúvidas questionava e era isso que estava ali em causa. Os senhores vereadores da CDU, aquando da defesa da moção tinha indicado que aquilo que pretendiam ia no sentido de questionar, mas não era isso que constava no conteúdo da moção, sendo que as deliberações eram a exigência daquilo que já estava assumido. Uma redundância não era exatamente a forma de resolver um problema. A questão do Hospital de Setúbal era uma preocupação transversal a todas as Bancadas, a todos os que tinham sido eleitos, mas era uma preocupação transversal à população daquele concelho e dos concelhos limítrofes, a quem o Hospital de Setúbal dava apoio. Acompanhavam a preocupação que era vertida nos considerandos, mas não nas deliberações. Se a intenção do executivo era questionar o Governo, deviam-no fazer e a Bancada do Partido Socialista estava inteiramente disponível para os acompanhar. Exigir um compromisso já assumido era redundante e não fazia o mínimo sentido. Não era isso que ia ao encontro da defesa dos interesses da população.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que tinha acabado de ouvir uma proposta que sugeria um compromisso entre as várias Bancadas e que poderia levar com que aquela moção fosse aprovada. Sugeriu a substituição da palavra “exigir” por outro termo menos duro, que poderia fazer transparecer, o que seria o sentido das populações. Pretendia adicionar à moção o Centro de Saúde de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, o qual não constava na moção. Era uma questão que se arrastava há demasiado tempo, mas ainda não tinha chegado ao ponto de maturação que devia ter. Se tivesse a atenção que merecia certamente que estaria incluído na moção, numa solicitação de informação sobre aquando da sua execução. Se os vereadores da CDU tivessem a complacência de amaciar a palavra “exigir”, certamente que teriam a sua aprovação.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que existia uma novidade. Gostaria de ler o que tinha sido proposto: *“Exigir aos responsáveis governamentais pelas finanças e pela saúde, todas as medidas políticas e financeiras necessárias ao imediato lançamento do Concurso público internacional para a empreitada de ampliação do Hospital de São Bernardo, Centro Hospitalar de Setúbal, previsto no programa de investimentos na área da saúde”*. Uma vez, que não existia o financiamento necessário e não tinham sido tomadas todas as medidas políticas e financeiras que permitissem ao conselho de administração do Centro Hospitalar de Setúbal lançar o Concurso público, porque não haveria ampliação sem o lançamento do Concurso público. Não se tratavam de esclarecimentos, haveria que tomar todas as medidas. Tomaram uma primeira medida que era muito importante, *“a resolução do Conselho de Ministros que aprova o plano de investimentos na área da saúde”*. Se o plano de investimentos na área da saúde não viesse a ser acompanhado pelas medidas orçamentais não passaria de um documento e um papel aguentaria com tudo. O problema era o conforto político, que naquele caso era orçamental, para que os responsáveis do Centro Hospitalar de Setúbal pudessem lançar um Concurso público, que estaria nas mãos dos responsáveis da saúde e das finanças. Questionou se “exigir” era uma palavra muito dura. Na realidade era a palavra que se colocava, porque em 2019 o Centro Hospitalar de Setúbal já estava em condições de lançar Concurso público, naquilo que eram as suas responsabilidades, só não tinha o conforto orçamental para o poder fazer, tal como não tinha em 2020. Ainda não tinha havido ninguém que fosse capaz de fazer um esclarecimento perentório e que dissesse onde estaria a verba. Sabiam que a Direção-Geral do Orçamento andava a estudar as instalações do atual Hospital do Outão, sabiam que o Ministério das Finanças pensava que poderiam vender o edifício, mas também sabiam que eles não o poderiam vender, por essa razão consideraram que não seria necessário colocar na moção por uma questão de boa educação. As visitas dos técnicos não davam o conforto necessário, nem a garantia que no ano de 2020 viesse a ser lançado o Concurso público. Tratava-se de um Concurso público com uma verba bastante elevada e da experiência que tinham não se tratava de um Concurso público que se resolvia em dois ou três meses, teria o seu tempo e iria demorar. As condições onde o pessoal de serviço de urgência funcionava, as condições do pessoal do serviço de pediatria e de obstetrícia estava a funcionar, bem como as próprias condições de funcionamento das consultas de especialidade de ortopedia. Se mesmo numa intervenção programada no Hospital do Outão de ortopedia, caso acontecesse uma complicação numa cirurgia, tendo em conta que se tratavam de intervenções invasivas, não teriam condições para resolver o problema no Hospital do Outão. Era a qualidade do serviço prestado aos utentes que estava em causa. Todos estavam a pare da situação e todos pretendiam, independentemente do apoio ou não apoio a um determinado Governo, que esse Governo tomasse de imediato as respetivas medidas, para que o Concurso público pudesse ser lançado com a maior brevidade possível. Não podiam dizer que andavam à procura de verbas e que em 2020 iria avançar, quando sabiam que não existiam essas verbas. Não iriam atirar areia para os olhos uns dos outros. O Partido Socialista estava à vontade de votar como entendesse a proposta de moção, mas tinha que assumir a responsabilidade perante os setubalenses, de qual era o seu posicionamento, se pretendiam apenas solicitar os esclarecimentos e ficava pelos esclarecimentos que nada esclareciam, ou se pretendiam pedir ao Governo que tomasse

4

imediatamente as medidas necessárias para a execução do que era necessário executar logo. Era aquilo que estava em causa e era aquele o incómodo que os senhores vereadores colocavam nas intervenções que tinham feito. Estava convencido que os Senhores Vereadores do PS tinham mais coragem política do que aquela que estavam a demonstrar ali e esperava que tivessem no sentido de votar a favor e a acompanhar aquela moção, assim como o Senhor Vereador do PSD.

Relativamente à Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra certamente que o Senhor Vereador Rui Lamim tinha tido conhecimento da reunião da Comissão da Assembleia Municipal, que aprofundou a proposta de moção apresentada pelos seus companheiros de partido, e tinha conhecimento que a grande problemática da população da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e da população de Setúbal era o acesso ao médico de família. Esse é que era o grande problema.

Deveria saber, também, que, naquele momento, existiam 2300 utentes da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra que não tinham médico de família. Isso é que urgia resolver de imediato, sendo legítima e justa a reivindicação, o desejo e a ambição de ter instalações para ter um centro de saúde ou para ter cuidados primários de saúde no território da freguesia. A grande questão que se colocava, naquele momento, àquela freguesia, era garantir que todos tinham médico de família e conseguir isso para todos os setubalenses.

No concelho havia situações mais graves que a de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. Mais de 50 por cento da população da União de Freguesias de Setúbal não tinha médico de família, mais de 50 por cento da população que era servida pelo Centro de Saúde de São Sebastião também não era servida por médico de família e cerca de 30 por cento da população de Azeitão também não. Também tinham cerca de 25 por cento da população da freguesia de São Sebastião que era servida no atual Centro de Saúde do Bairro Santos Nicolau, que não tinha condições para funcionar como centro de saúde, que também não tinha médico de família.

Num projeto que a Administração Regional de Lisboa e Vale do Tejo inicialmente tinha proposto à Câmara de Setúbal, de substituição de dois centros de saúde - o que tinha estado em cima da mesa tinha sido a substituição dos centros de saúde do Bairro Santos Nicolau e de Azeitão. Todos sabiam que isso não resolvia o problema dos utentes sem médico de família, mas, pelo menos, haveria lugares para os médicos e os enfermeiros poderem trabalhar, condições que, naquele momento, não existiam -, a Câmara tinha sido ambiciosa e tinha-lhes dito que não, que precisavam, pelo menos, de mais um, em Setúbal, embora isso não resolvesse todos os problemas do concelho.

Numa reunião em que a Sra. Presidente e ele tinham estado com um dos anteriores secretários de Estado, o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, que os tinha recebido a propósito das questões do protocolo que estavam a assumir com a ARS, o senhor secretário de Estado tinha assumido que também era importante construir um novo centro de saúde na área da União de Freguesias de Setúbal, para complementar o atual Centro de Saúde da Praça da República.

Se tivessem condições para concretizar isso, iriam aprofundar essas matérias e, se fosse necessário, iriam encontrar um meio - em complemento, por exemplo, com o Concurso público que tinha sido anunciado pelo Sr. Vice-Presidente, relativamente aos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa, que aumentava a oferta de transportes públicos no território do concelho de Setúbal em cerca de 75 por cento - para assegurar a mobilidade da população mais distante da freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra que era, nomeadamente, a população que estava na extrema da freguesia, na localidade de Gâmbia, para assegurar a igualdade e a equidade no acesso aos cuidados primários de saúde que aquela população tinha que ter e merecia ter.

Colocar, naquele momento, uma outra construção, pelos critérios que tinham sido definidos por orientação política do Ministério da Saúde, não garantia esse funcionamento. Iam assegurar que todos os doentes tivessem condições físicas para que fosse atribuído um médico de família a cada munícipe do concelho de Setúbal, para que todos tivessem direito ao seu médico de família e acesso aos cuidados de saúde primários.

4

Era bom que, por aspirações que, sendo legítimas, dependiam da concretização de medidas que, objetivamente, não eram concretizáveis, não tirassem força a uma coisa que estava ali a ser solicitada. Sabiam que a candidatura de 50 por cento das despesas elegíveis para a construção do novo Centro de Saúde de Azeitão estava aprovada. Não sabiam se o Ministério das Finanças ia transferir para a Câmara os outros 50 por cento e defendiam que abrisse uma linha de financiamento, para que pudessem apresentar candidaturas para o Centro de Saúde do Bairros Santos Nicolau, para o Centro de Saúde da Praceta Maria Lamas, no Bairro do Liceu, para garantir que o protocolo se concretizava, para garantir que, em 2021 – tinha sido essa a intenção da ARS e do anterior secretário de Estado -, tivessem condições para fazer o lançamento de todos os projetos.

Pelos vistos, parecia que, pelo andar da carruagem e pelas verbas que estavam previstas no Orçamento de Estado, não havia condições para isso. Essa era a questão que deveriam colocar. Apelava ao PSD para apoiar a Câmara Municipal de Setúbal, para apoiar os municípios que representava e para que assegurasse a concretização das obras que estavam ali propostas.

**Sr. Vice-Presidente** – Disse que nem apelava nem exigia aos senhores vereadores do PS nem do PSD que tomassem qualquer posição. Era muito fácil complicar uma coisa muito simples e estavam, de facto, a demonstrar que eram pela ampliação. Os senhores vereadores do Partido Socialista eram pela ampliação, mas não era do Hospital de São Bernardo, era pela ampliação da ambiguidade. O senhor vereador do PSD também era pela ampliação: Não eram três centros de saúde, eram quatro. Era a ampliação da ilusão.

Queriam um compromisso com os três que estavam comprometidos, mas, agora, levantavam a questão de mais um, que não estava comprometido. Isso não era realismo, era um bocado lateralizar a questão. Era ampliar a confusão e a ambiguidade.

Aquilo que ali estava era simples e direto, mas diziam que era uma questão de vocabulário. Não era exigir, que era uma palavra forte. Punham mais fracas: Pedir? Solicitar? Mendigar? Qual era a palavra certa para isso? Pedir informações? Informações era o que havia e não eram claras. O verbo que se aplicava à ação de execução de um compromisso era o verbo exigir. Exigia-se a execução dos compromissos assumidos. Como eles existiam, só podiam exigir a sua concretização. Não era uma força de expressão. Não era porque a palavra era forte ou fraca, dura ou mais macia. Não era nada disso, era para concretizar. Ora, depois de um compromisso, depois de um contrato feito, o que as partes tinham era direito a exigir a sua concretização, a sua execução. Era essa a palavra.

Os senhores vereadores não queriam exigir mas queriam pedir informação. Isso não resolvia coisa nenhuma. Aquilo era muito simples, queriam a realização do Hospital de São Bernardo: Não era pedir, já a tinham pedido e já a tinham obtido nos compromissos assumidos. Era, de facto, a execução das medidas e políticas financeiras necessárias ao lançamento imediato do Concurso e as linhas de financiamento para os centros de saúde.

Os senhores vereadores da oposição ou estavam a favor daquilo e da cidade de Setúbal e do concelho ou não estavam e votariam de acordo com isso. Tinham que enfrentar as suas próprias atitudes: Ou estavam de acordo com a concretização da ampliação do hospital e dos três centros de saúde acordados - e votavam “sim” - ou não estavam - e votavam “não” ou abstinham-se. Se não concordassem com aquilo tinham um voto diferente na aprovação.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que tinha ouvido o Sr. Vice-Presidente dizer que suprir a falta de fé era deixar de rezar e que não governavam por atos de fé. Depois, tinha ouvido com muita atenção, também, o Sr. Vereador Ricardo Oliveira dizer que *“anúncios feitos antes das eleições sem o assumir dos compromissos que também não [era] governar com verdade.”*

Não queria desviar-se daquele assunto, nem queria entrar noutra tema que iriam, em breve, discutir na reunião, mas recordava que quem tinha governado por atos de fé e tinha feito anúncios antes de eleições autárquicas tinha sido o Partido Comunista. Tinha anunciado a biblioteca municipal, que, depois, tinha desaparecido; tinha anunciado o mega investimento

chinês, com uma Marina; tinha anunciado três hotéis de cinco estrelas na cidade; tinha anunciado a romaria dos peregrinos do Senhor do Bonfim que viriam do Brasil e, até aquele momento, nada. Portanto, quem tinha anunciado por atos de fé tinha sido o Partido Comunista.

O tema que estavam a discutir era um tema que os preocupava, certamente, a todos. Era uma questão que não tinha nascido em 2020, nem era de 2019 nem de 2018 nem de 2017. Era um problema que tínhamos no nosso concelho e no nosso distrito e que se arrastava havia muitos anos. O Governo do Partido Socialista, não através de uma promessa - como os senhores da CDU tinham feito, muitas promessas antes de atos eleitorais -, através de um compromisso assumido, por uma decisão tomada em Conselho de Ministros, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2019, tinha decidido encontrar uma solução para um problema que se arrastava havia muitos anos. O Governo do Partido Socialista tinha reconhecido a existência de um problema que se arrastava havia muitos anos e, através de uma decisão do Conselho de Ministros, tinha decidido dar o pontapé de saída para a resolução desse problema.

Os senhores militantes do Partido Comunista vereadores na câmara tinham ficado atrás nas redes sociais e tinham ficado atrás na Assembleia da República, pela apresentação de uma proposta do PAN, e estavam ali a querer correr atrás, a tentar ir atrás da agenda política, porque aquele problema não existia. Como tinha dito o Sr. Vereador Ricardo Oliveira, uma situação tão grave como a questão da ampliação das urgências do Hospital de São Bernardo era a questão do médico de família e dos centros de saúde. Era uma questão preocupante e, também aí, o Governo do Partido Socialista tinha dado resposta no concelho. Juntamente com a Câmara Municipal de Setúbal, tinham já sido assinados três protocolos, relativamente à questão dos três centros de saúde, um em Azeitão e dois em Setúbal, questões que se arrastavam havia muitos anos.

O pontapé de saída tinha sido dado, os processos estavam em curso e o Governo do Partido Socialista, através do Ministério da Saúde, tinha anunciado, recentemente, que as obras de ampliação do Hospital de São Bernardo iam ser concretizadas e, inclusivamente, iriam iniciar-se em 2020. Portanto, não percebiam, a não ser por uma situação de tacticismo político, de tentar ter a dianteira e, mais uma vez, a bandeira da defesa dos setubalenses (*“porque só nós é que defendemos os setubalenses, só nós é que defendemos os azeitonenses”*), virem, naquele momento, com aquela moção.

Portanto, quanto àquela matéria, a Bancada do Partido Socialista não percebia qual era o problema. A solução tinha sido encontrada pelo Governo do Partido Socialista, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2019. Não tinha sido um *“outdoor”* colocado no Largo José Afonso, a anunciar uma biblioteca municipal antes das eleições. Não tinha sido isso que o Governo do Partido Socialista tinha feito.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2019, o Governo do Partido Socialista tinha decidido ampliar o Hospital de São Bernardo, tal como tinha feito com a construção de três novos centros de saúde no concelho de Setúbal, um em Azeitão e dois em Setúbal. Portanto, isso eram medidas para resolver os problemas das pessoas, não eram medidas para andar com bandeiras a dizer que *“nós é que defendemos os setubalenses e os azeitonenses”*. Defender os setubalenses e os azeitonenses era encontrar medidas concretas, soluções concretas para problemas que se arrastavam.

Mais, também não conseguia perceber a intervenção do vereador do PSD na Câmara Municipal de Setúbal. Aquilo que tinha dito era que tinham uma preocupação com o que se passava no Hospital de São Bernardo e com a questão da saúde no concelho. Acreditava e respeitava essa preocupação, mas o senhor vereador andava muito distraído. É que durante o Governo do PSD/CDS tinha havido uma total quebra de investimento na Administração Pública. Inclusivamente, tinha sido criada uma lista negra para despedir funcionários da Administração Pública. Não tinha havido qualquer tipo de investimento nem preocupação, nem com a saúde no concelho nem no país.

Tinha sido o Governo do Partido Socialista, apoiado por uma maioria de esquerda, que tinha invertido essa situação. O investimento, não só na saúde como em outras áreas, e a



revogação dessas medidas de “sangrar” a Administração Pública tinham sido feitas pelo Governo do Partido Socialista. Portanto, não percebia como é que se podia espantar com a preocupação com os serviços públicos, que não estavam a dar resposta. Era evidente que não estavam a dar resposta, mas não era só na área da Saúde, era em muitas outras áreas.

Os senhores do PSD/CDS tinham sangrado completamente a Administração Pública. Tinham obrigado os dirigentes da Administração Pública a criar listas para despedir funcionários públicos e vinham dizer que estavam preocupados com a questão dos serviços e com o investimento. Tinham obrigado os dirigentes da Administração Pública a colocar nas listas negras funcionários a despedir. Bastava recordar aquilo que tinha acontecido na Segurança Social. O senhor vereador devia andar muito distraído.

Os vereadores do Partido Socialista acompanhavam com preocupação a questão da saúde no concelho mas estavam confiantes, porque viam que o Governo e o Ministério da Saúde estavam preocupados e estavam a olhar, não só para o concelho mas para o Serviço Nacional de Saúde como devia ser olhado. Daí que o Orçamento de Estado tivesse o maior investimento de sempre no Serviço Nacional de Saúde, não só em termos de investimento em infraestruturas e nos meios humanos e materiais, tecnológicos, necessários para dar uma melhor resposta do Serviço Nacional de Saúde. O maior investimento de sempre estava previsto naquele Orçamento de Estado.

Estavam, obviamente, preocupados. Aquilo que o Vereador Ricardo Oliveira dizia era verdade. A questão dos centros de saúde, a questão do médico de família, era uma matéria que os preocupava e tinha que ser potenciada, mas isso estava a ser feito, através do Orçamento de Estado que tinha sido aprovado e que tinha o maior investimento de sempre no Serviço Nacional de Saúde. Isso era indesmentível. Era indesmentível aquilo que estava previsto no Orçamento de Estado.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2019 previa a ampliação do Hospital de São Bernardo. A Sra. Ministra da Saúde, em comunicado recente, tinha vindo confirmar que essas obras eram para ser concretizadas – portanto, não havia qualquer tipo de dúvida – e tinha dito em 2020. A senhora ministra tinha confirmado em 2020. Não era ele que tinha que confirmar, tinha sido a senhora ministra que tinha confirmado que, em 2020, essas obras iriam ter início.

Mais do que isso, estavam assinados três protocolos de um problema que se arrastava, também, havia muitos anos e que tinha sido o Governo do Partido Socialista que, juntamente com a Câmara Municipal de Setúbal, tinha encontrado uma solução para dar início à construção de três novos centros de saúde. Portanto, via aquela moção e as posições que tinham sido tomadas por outros partidos como tentar agarrar uma bandeira de um problema para o qual o Governo do Partido Socialista tinha encontrado, finalmente, uma solução. Tinham pena que alguns não entendessem isso como bom e quisessem “criar nevoeiro” à volta de uma boa solução.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que só queria dizer, de uma forma muito curta, que, no tempo da coligação do Governo PSD/CDS, que tinha sido referido pelo Vereador Fernando José, tinham sido executadas medidas do acordo assinado pelo Governo do PS com a “troika”, devido à pré-falência do Estado Português, por causa da gestão do Governo PS.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Disse que era só para referir, com toda a serenidade, que a Bancada e os vereadores do executivo da CDU não andavam a correr atrás das redes sociais ou do que quer que fosse. Andava a correr, sim, atrás das verbas que permitissem a construção e a ampliação do Hospital de Setúbal e das verbas que permitissem a construção dos centros de saúde de Setúbal, tal como prometido e comprometido pelo Governo.

As resoluções do Conselho de Ministros serviam o que serviam. Até verbas em Orçamento do Estado serviam o que serviam. Até cativações e artigos que devolveriam a carreira aos professores tinham sido concretizados como tinham sido.

Portanto, queria dizer ao senhor vereador - não sabia se queria assumir o papel de vereador se de deputado - Fernando José que as suas afirmações e confianças e as soluções que ninguém tinha dado e as respostas que tinham que ouvir ali e que a população de Setúbal

h

precisava e que o Centro Hospitalar de Setúbal precisava e que os profissionais dos cuidados primários de saúde precisavam, não tinham chegado ali, infelizmente.

**Sra. Presidente** – Disse que o *“show off”* a que o Vereador Fernando José já os tinha habituado era mais do mesmo. A título de informação, era evidente que não estava lá o dinheiro e que a propaganda continuava. Não estava lá o dinheiro e o que queriam saber era onde é que ele estava. O dinheiro não estava no Orçamento de Estado. Portanto, por muito boa vontade que a senhora Ministra da Saúde tivesse em fazer o alargamento daquele hospital, o inferno estava cheio de boas intenções e não se concretizavam essas intenções sem dinheiro.

Já tinha sido referido pelo Vereador Ricardo quais eram as rubricas onde estava o dinheiro e que dinheiro é que estava no Orçamento de Estado. Portanto, não era *“a senhora ministra [tinha decidido].”* A senhora ministra, se calhar, tinha boa intenção, o Governo podia ter intenção de alargar o hospital, mas não podia alargar se não houvesse lá dinheiro.

Era mentira, não tinha lá dinheiro. Portanto, não viessem dizer que o Governo tinha decidido, *“finalmente, [tinha decidido].”* Tinha decidido, mas não ia concretizar. Era mentira e tinha sido mentira todas as vezes que o Governo - do PSD ou do PS – tinha tentado fazer os centros de saúde.

Estava como presidente havia 12 anos e todos os anos pediam reuniões aos secretários de Estado e aos ministros da Saúde, para a concretização dos centros de saúde. Nenhum deles tinha concretizado. A Câmara Municipal tinha visto os terrenos para esses três centros de saúde e todos eles tinham dito *“sim, sim, vai ser agora”* e tinham servido de propaganda eleitoral para as últimas legislativas. Era verdade que tinham servido de propaganda eleitoral para as últimas legislativas, porque tinham ameaçado que iam à Assembleia da República, antes das legislativas.

Isso é que era verdade. Tinha ameaçado que iam lá saber como é que era e, portanto, antes das legislativas, tinham vindo documentos a dizer que estavam aprovados os três centros de saúde e que iam começá-los antes das legislativas. Tinha sido mentira, não tinham começado, não tinham feito.

Mais, mesmo em cima das eleições, tinham vindo dizer que um deles não tinha orçamento, não tinha cabimento ou não tinha saído nos Concursos dos fundos comunitários. Tinha perguntado como é que era e tinham dito que tinham que falar acerca disso: *“Não, não. Mas, afinal...”* Em vésperas de eleições, até tinham telefonado a dizer que, afinal, já havia para o terceiro, mas ninguém tinha visto aquilo começar.

Estava já aprovada a verba para o primeiro, que era em Azeitão, mas não havia projeto. Não havia dinheiro para se começar a fazer o projeto. Podia lá estar inscrito e podiam perder-se os fundos comunitários. Tinha sido isso que o Governo do Partido Socialista se tinha preparado para perder os fundos comunitários.

Em relação ao Convento de Jesus, já lá iam uns anos, era preciso não esquecer que 2 milhões e meio de euros estavam em fundos comunitários num projeto. Não era mentira, era verdade. Estavam num projeto de várias obras e o Partido Socialista e o Governo de então tinha dito que era nosso parceiro na concretização do Convento de Jesus e tinha deixado cair. Tinha sido a Câmara, os impostos dos setubalenses, que tinham posto esses 2 milhões e meio, para que o Convento de Jesus não fosse ao chão. Isso é que era verdade.

Naquele momento, não tinham, outra vez, o dinheiro no Orçamento de Estado. Os 11 milhões não estavam lá e iam para a Assembleia da República, porque já tinham pedido reuniões para esses esclarecimentos e não tinham esclarecimentos. Não havia esclarecimentos. Portanto, que não viessem dizer: *“Vamos pedir esclarecimentos.”* Iam pedir esclarecimentos a quem?

Iam officios a pedir reuniões e não havia resposta. Como já tinha informado, em relação ao Ministro da Administração Interna, tinham estado dois 2 anos à espera de uma reunião. Tinha tido uma reunião havia um ano. Em fevereiro do ano passado tinham tido, finalmente, uma reunião com o senhor Ministro da Administração Interna. Tinha tido, havia pouco tempo, outro *“ameaço”* com o senhor secretário de Estado. Era assim a falta de respeito, por ministros ou secretários de Estado nomeados, em relação a políticos que eram eleitos. Era a

política e era o respeito que essas pessoas tinham pelos eleitos que eram eleitos pelas populações.

Não tinham resposta, nem da secretaria de Estado nem do ministério, em relação a esses dinheiros. Já tinham perguntado onde é que estava o dinheiro. Se calhar, as pessoas pensavam que não sabiam ler orçamentos ou que não sabiam ir investigar essas coisas. Onde é que estava o dinheiro? Podiam vir deputados da Assembleia da República dizer que não era verdade. Era conversa, não tinham conseguido demonstrar onde é que estava o dinheiro. A resposta do senhor vereador era que tinha sido uma decisão do Governo. Por isso, dizia, outra vez, que de boas intenções estava o inferno cheio.

Não viam soluções para as coisas e, portanto, iam à Assembleia da República perguntar onde é que estava o dinheiro, porque não tinham resposta de ninguém. Alguém havia de lhes responder na Assembleia da República. Os grupos parlamentares todos haviam de responder onde é que estava o dinheiro para o alargamento do Hospital de Setúbal e o dinheiro para os três centros de saúde.

Andavam ali havia muitos anos e, quando lhes pediam terrenos, estavam na primeira fila a dizer que estava ali o terreno para resolverem o problema. Se não houvesse terreno não haveria obra. A obra passava de um governo para outro. Percebia o nervosismo do Vereador Fernando José mas tinham pena, a vida era mesmo assim. Era uma questão de personalidade, mas não podiam fazer nada. O trabalho estava à mostra e ele podia inventar o que quisesse.

Sobre os cartazes de bibliotecas, lembrava que eles tinham tido cartazes e “outdoors” de marinas. Aquilo tinha sido um sonho. Nunca tinham dito que construiriam a biblioteca sem fundos comunitários. Nunca tinha dito, estava no programa deles. Por acaso, havia concelhos que punham o programa eleitoral nas redes sociais – ele gostava tanto de redes sociais – e, passado um tempo, como não tinham concretizado nem um chavo, desapareciam com o programa eleitoral das redes sociais. Não eram desses, explicavam às pessoas porque é que as coisas não se faziam. No caso da biblioteca, explicava outra ao senhor vereador que estava lá “quando [tivessem] fundos comunitários”.

Em relação a tudo o resto, era música para os ouvidos deles. As pessoas sabiam em quem tinham confiado e sabiam que podiam continuar a confiar. Sabiam que, se tivessem propostas e essas propostas tivessem sido públicas, na continuidade dessas propostas haveria seriedade e transparência nos processos, ao contrário de outros.

Em relação às publicidades, não conseguiam deputados da nação nem primeiros-ministros para virem apresentar obras que nunca chegavam a ser feitas. Não conseguiam fazer isso, mas ainda bem, porque as apresentavam e até as faziam. Quando não as faziam ou não tinham capacidade para as fazer também diziam porquê.

Em relação aos três hotéis, por acaso estavam a andar. Devia pensar que era como no tempo do governo, ali, do Partido Socialista, em que não se tinha feito nenhum. Convinha informar que um dos hotéis estava em tribunal, porque o Governo mentia. Era público, os senhores jornalistas podiam publicar, porque as pessoas tinham tido algum pudor em anunciar e tinham tido a sua participação, para ir imediatamente para o tribunal. Tinham andado anos de volta do Governo, para não irem para tribunal, mas já estava em tribunal. O Governo tinha vendido um terreno por cima do Forte de Albarquel, em hasta pública, com capacidade construtiva para tal.

Quando o processo entrou na Câmara, havia três anos, teve que ir às entidades oficiais, nomeadamente à CCDR, que tinha dito que aquele polígono não podia ser construído, porque não tinha capacidade para tal. Os donos do terreno, que não o tinham comprado a uma entidade qualquer, tinham-no comprado ao Estado, estranharam não poder lá construir e tinham-lhes respondido que iam ver. Andavam naquilo havia três anos, a experimentar soluções, e quase que só podiam construir metade daquilo que tinham comprado. Não eram uma entidade de bem, mentiam às pessoas. Em desespero de causa, por fim, tinham tido que ir para tribunal. Havia um ano que tinha dito que ia com eles para tribunal, porque lhes tinham vendido uma coisa com a qual não poderiam fazer aquilo que era expectável fazerem.



4

Portanto, era aquilo o Governo e as suas intenções e a razão pela qual um deles estava parado.

O outro estava parado porque tinham deixado cair - mais à frente veriam, ia ser público - e eram os próprios que estavam a resolver, mas os três iam aparecer. Percebia que estivesse nervoso, mas não podiam fazer nada. Trabalhavam - e muito - para que tudo isso e muito mais acontecesse naquela terra. Quem é que se lembrava do que era Setúbal havia uns anos? Havia muitos a lembrarem-se disso. Portanto, tinham pena que esse nervosismo acontecesse mas não podiam fazer nada.

Lembrava que tinham estado sempre ao lado do Governo, ao lado de qualquer Governo, porque, de facto, em primeiro lugar estava sempre, para eles, Setúbal e a resolução dos problemas de Setúbal. Fosse em que Governo fosse, iam lá "n" vezes ao diálogo, fosse o Governo do PSD ou fosse o Governo do PS.

Tinham ido lá ao diálogo e tinham ido lá à luta na Assembleia da República para que não fechasse a área da Hemodinâmica e da Cardiologia. Tinham sido eles que tinham lá ido, porque ninguém do PS lá tinha ido com eles, para aquilo não fechar, ao Ministério da Saúde. Hemodinâmica e Cardiologia. Tinham sido eles e o, então, Presidente da Junta de Santa Maria da Graça, na época. A urgência da Pediatria do hospital tinham sido eles que tinham ido lá. Nem sequer tinha havido intenção do Governo de não fechar, a intenção era fechar. Não havia profissionais, não havia médicos, tinha que se fechar. Era assim, tão fácil como saltar à corda. Tinham sido eles que tinham impedido que isso acontecesse.

Tinham tido muito diálogo, muita paciência, muita conversa e já estava tudo esclarecido. Já tinham conversado muitas vezes e iam perguntar o quê ao Governo, mais uma vez? Não estavam ali para esclarecer, estavam ali para exigir, porque já era tempo de exigir. Se não votassem favoravelmente, não votavam favoravelmente. Era a democracia a funcionar. As pessoas não eram obrigadas a votarem favoravelmente, nem a votarem contra. As pessoas votavam segundo a sua consciência, na certeza de que a população tinha que saber dessas votações e dessas preocupações que tinham pela mesma. Era só isso, estavam preocupados com isso? Não se mudava um parágrafo, a não ser para o mês de dezembro - 23 de fevereiro era lapso -, de resto, nem mais uma vírgula.

Se estavam preocupados e não queriam exigir, eles queriam exigir. De certeza que a população os acompanhava. Queriam exigir e a população queria exigir, porque já estava na altura de termos um alargamento do hospital. Já mais do que uma vez se tinham reunido no Ministério da Saúde e se tinham disponibilizado, até, a apresentar investidores que pudessem comprar o Hospital do Outão e, em contrapartida, construir os centros de saúde que estavam em falta. Mais do que uma vez tinha proposto isso e o senhor ministro, na altura, tinha dito que era uma excelente a ideia, porque não havia dinheiro. Fazia-se essa permuta, quem ficasse com o Hospital do Outão construiria os três centros de saúde. Nunca tinham ido lá com coisas no ar nem com coisas inventadas nem coisas que vissem que não poderiam ser concretizadas. Essa permuta era factível e o próprio ministério tinha estado de acordo com ela, mas, depois, o ministro e o secretário de estado tinham saído. Quem se tramava eram os Municípios, os utentes desses centros de saúde e do hospital.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 7 da CDU e 1 do PSD, e 3 abstenções, do PS.

**Sr. Vereador Fernando José** – Fez a seguinte declaração de voto:

*"Os vereadores do Partido Socialista abstiveram-se nesta moção, pois, embora compreendam a necessidade de pressionar o Governo, entendem não existir matéria nem necessidade para não mais do que questionar, uma vez que o Governo do Partido Socialista tomou uma decisão para um problema que se arrasta há muito tempo. Através da Resolução 77/2019 tomou a decisão - e em bom tempo - de ampliar o Hospital de São Bernardo de Setúbal e já, também, na outra matéria, em termos dos centros de saúde, tomou a decisão, em colaboração com a Câmara Municipal de Setúbal, de estabelecer os protocolos que visam a*



*construção de três novos centros de saúde no nosso concelho, dois deles em Setúbal e um em Azeitão.”*

**3. Deliberação n.º 63/20 – Proposta n.º 13/2020 – DAF – SETGÁS – Sociedade de Distribuição de Gás Natural, SA – Alienação da Participação do Município de Setúbal**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 14 e 15.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que o valor era pequeno, mas que o Município de Setúbal estava a perder a oportunidade de acompanhar a situação da empresa por dentro. Que se participassem na empresa conseguiriam perceber alguma coisa acerca de uma rede de infraestruturas, o que era importante enquanto Municípios. Por último, defendeu que o valor era pequeno, sem dúvida, mas preferia ficar com a participação do Município.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Disse que acompanhavam a situação da Setgás como todos os outros Municípios, mas que dentro dessa sociedade, eram o único Município acionista da região.

Defendeu que a missão da Câmara Municipal não era acompanhar empresarialmente a Entidade e era isso que estava em causa, não era o acompanhamento que era feito relativamente à rede, às infraestruturas, etc, que era o que faziam no âmbito de todos os contratos que tinham com os outros Operadores. Que não eram acionistas da NOS, nem da MEO e acompanhavam as infraestruturas de todas essas redes. Que também não eram acionistas da EDP mas também o faziam, por força da relação que tinham.

Referiu que naquele caso, detinham 0,6 por cento do capital e não tinham intervenção em nenhuma das matérias a que o Sr. Vereador se estava a referir. Que aquilo que faziam eram acompanhar, porque eram Município e tinham essa relação com eles. Por último, salientou que nesse âmbito, não havia decisões que chegassem à esfera da Câmara.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 10 votos a favor, 7 da CDU e 3 do PS, e 1 abstenção, do PSD.

**4. Deliberação n.º 64/20 – Proposta n.º 14/2020 – DAF/DICONT – Fundos de Maneio – Alterações de valores e criação de quatro cartões multibanco com plafond**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 16, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 65/20 – Proposta n.º 17/2020 – DAF/DICONT – 2.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa, 2.ª ao Orçamento da Receita e 2.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 17 e 18, não tendo havido discussão sobre a mesma.

4

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

**6. Deliberação n.º 91/20 – Proposta n.º 18/2020 – DAF/DICOR - Empréstimo médio/longo prazo – Linha BEI (Terminal Interface Setúbal) - Pedido de autorização de contratação de empréstimo.**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 a 29, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, da CDU, e 4 abstenções, 3 do PS e 1 do PSD.

**7. Deliberação n.º 66/20 – Proposta n.º 02/2020 – DCIRT/GAFE – Aceitação de Doações – Setúbal Christmas Fest 2019 e Fim de Ano Azul 2019/2020**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 30, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 67/20 – Proposta n.º 03/2020 – DCIRT/GAFE – Edital sobre a Feira de Sant’Iago 2020**

A Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 68/20 – Proposta n.º 05/2020 – DURB – Protocolo de cooperação para a elaboração do Plano Estratégico da “Cidade do Conhecimento”**

O Sra. Presidente leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 a 36.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que depois de analisar a minuta do protocolo que lhes tinha sido entregue, e as notícias que tinham saído naquele dia na comunicação social, tinham ficado com algumas dúvidas que gostaria que fossem esclarecidas, nomeadamente de que forma o The Pitroda Group pretendia atuar no desenvolvimento daquele Plano, ou seja, se o fazia como um promotor ou se o fazia como proprietário dos terrenos, porque no protocolo desse Plano para a zona da “Nova Setúbal”, na cláusula 8.ª, no ponto 3, tinham a assunção de uma responsabilidade pela Câmara Municipal de Setúbal, de incluir no Plano de Pormenor o sistema de execução por imposição administrativa, de forma a que todos os proprietários das parcelas incluídas no plano não pudessem obstaculizar a sua implementação, o que os levava a entender que os proprietários dos terrenos nessa zona



seriam outros que não o The Pitroda Group, mas no artigo que tinha saído naquele dia no Público, tinham a indicação que o grupo tinha chegado a acordo com os bancos para os 180 hectares. Gostariam de ver esclarecido, se efetivamente o grupo era ou não proprietário. Referenciou que o projeto que se pretendia para a “Nova Setúbal”, não era uma novidade, sendo algo que já se tinha tentado implementar no Cartaxo, em 2009, infelizmente sem sucesso. Que viam com alguma preocupação e gostariam de ter alguns esclarecimentos sobre esse assunto, essa alteração num tão curto espaço de tempo, face àquilo que se pretendia que fosse a ocupação daqueles terrenos da “Nova Setúbal”. Que se tratava de uma zona que tinha viabilidade construtiva, um projeto da “Nova Setúbal”, da criação de uma nova Cidade, com uma implementação diferente e com uma ideia de projeto diferente daquela que nos era ali teoricamente apresentada, mas era uma área que de acordo com o Plano Diretor Municipal, que ainda estava numa fase de consulta pública, portanto um documento muito recente, deixava de ter viabilidade construtiva e passava a ser uma área de terreno rústico, que lhes parecia também que ia ao encontro daquilo que eram as novas formas de olhar para as cidades e de Planeamento Urbanístico, que passava, não pela construção de novo edificado, particularmente o que dizia respeito a edificado residencial, mas acima de tudo na recuperação dos centros urbanos, na devolução daquilo que eram as cidades aos seus Municípios. Disse que o Plano Diretor Municipal, ainda em fase de discussão pública, tinha esses terrenos como uma área rústica, havendo a possibilidade de inverter, no imediato, essa situação com a criação de um Plano de Pormenor o qual ia dar novamente viabilidade construtiva, que de acordo com a citação que o Público fez, das declarações da Sra. Presidente, *“nos trará para aquele espaço, universidades, hospital, habitação, área de investigação, área de tecnologia, hotéis, áreas de lazer como bibliotecas e piscinas, será uma grande cidade”*, fim de citação. Tendo isso em consideração, gostariam de ver esclarecido o porquê num curto espaço de tempo, porque a proposta dizia que as reuniões tinham sido várias e decorreram ao longo do tempo com esse grupo, porque é que num tão curto espaço de tempo existia uma alteração tão substancial daquilo que era a intensão de utilização do terreno, o porquê de recriar essa nova cidade, esse novo conceito de cidade, e viam também com alguma preocupação o facto de apesar de haver uma leve referência no artigo do Diário da Região, também daquele dia, ao Instituto Politécnico, não terem visto o Instituto Politécnico, que devia ter sido um parceiro de referência, no que dizia respeito à área da investigação e da tecnologia, referido nessa proposta. Prosseguindo disse que, também, com a cláusula 8.ª, mas no 1.º ponto dessa cláusula, o segundo outorgante, portanto a Câmara Municipal de Setúbal, se obrigava a desenvolver os tramites inerentes à aprovação de um Plano de Pormenor apresentado pelo primeiro outorgante, ou seja, era o promotor que aprovava o Plano de Pormenor para que a Câmara o aceitasse, portanto, era o privado que definia qual ia ser o Plano de Pormenor, pelo menos era a leitura que fazia desse documento, ou seja, que seria o privado a dizer ao Município de que forma é que o Município ia gerir o terreno do Município, criando algo absolutamente contrário à definição do PDM que estava em fase de discussão. Esclarecendo ainda mais um ponto, referiu que o artigo do Diário da Região ia mais longe e aludia inclusivamente o arquiteto que era responsável pelo desenho de todo o projeto. Questionou por isso como é que havia um arquiteto definido, um projeto definido, quando estavam numa fase de desenho, de elaboração de Plano Estratégico. Para finalizar, interrogou se seria intensão do Município trazer à Câmara o Plano Estratégico depois de ele estar desenhado e antes de ser apresentado o Plano de Pormenor, ou se já não iam ter qualquer conhecimento dos trâmites do Plano Estratégico e dos resultados da elaboração do Plano Estratégico e iam apenas ser confrontados com um Plano de Pormenor, uma vez que até já tinham arquiteto escolhido.

**Sr. Vereador Rui Lamim** - Disse que queria que a sua intervenção ficasse registada em ata: *“Senhora Presidente, Senhores Vereadores, há aqui dois momentos, eu li este pequeno, pequeno porque são poucas folhas, desta proposta e pareceu-me muito interessante, e o título Cidade do Conhecimento é um excelente título, é uma expressão que emociona e que faz sonhar naquilo que poderia ou deveria ter sido o desenvolvimento de Setúbal, porque*

merecemos, deveria ter sido o desenvolvimento de Setúbal, durante muitos anos. Entretanto, li também algumas coisas nos jornais que surgiram posteriormente e fiquei um bocadinho baralhado. Vamos lá ver eu consigo explicar o que aqui está e da maneira como eu o vejo. O que aqui está é uma intensão excelente de desenvolver 180 hectares, são 180 poderão ser outros, com atividades que iriam gerar emprego, desenvolvimento e riqueza para Setúbal. Mas trabalho que não fosse ao nível do salário mínimo, que fosse trabalho bem pago, porque nós precisamos desse tipo de desenvolvimento, e precisamos de trabalho aqui no Concelho com este tipo de características não é tanto um trabalho fabril, não tenho nada contra o trabalho fabril, não é um trabalho de call center, também não tenho nada contra trabalho de call center, mas sabemos o nível de salários que eles pagam. Pretendemos salários e horas de trabalho mais bem remuneradas. No entanto, lendo isto, acho que poderá existir a possibilidade de estragar uma belíssima ideia com a forma como ela está a ser apresentada. A pergunta que eu quero fazer e é a primeira é: porque é que não existiu Concurso público para escolher o Pitroda ou o senhor A ou o grupo C para desenvolver este programa era necessário? Eu tenho esta dúvida. Será que estamos a cumprir a legislação de forma correta? De forma adequada, para levar uma iniciativa destas a bom porto? Porque, se calhar podemos estar a seguir um caminho mais rápido, mas mais impreciso e que nos poderá levar a que uma boa ideia não tenha uma boa concretização. Eu tenho sérias dúvidas relativamente a isto e pergunto, eu creio que irei ser respondido. Este protocolo da forma como aqui está é interessante, mas é parco em informação e tem algumas coisas que já foram referidas, mas vale a pena referir de novo. A cláusula 8.ª diz a certa altura que a aprovação de um Plano de Pormenor que será apresentado pelo Pitroda Group e o Município irá aprovar. E o Município compromete-se com as infraestruturas, não estou a duvidar da bondade deste programa, mas eu necessitaria de ter mais certezas de como é que isto poderia ser feito. Eu sei que de certa forma há aqui duas fases, dois momentos, há uma fase em que ok são 180 hectares, os senhores do Pitroda Group têm uns quantos consultores, arranjam uns quantos negócios, desculpem lá a expressão "arranjam", uns negócios, uns desenvolvimentos, umas sugestões, uma maneira de modificar o uso daqueles 180 hectares e propõem à Câmara, um Plano de Pormenor, um Plano Estratégico, um trabalho concreto. Mas este trabalho de desenvolvimento, se calhar inicialmente deveria ter sido objeto de um Concurso público. Poderia ser o Sr. Pitroda, podia ser o Sr. Indiano ao lado, porque há mais Indianos que provavelmente fazem isto - desculpem lá, esta do indiano não foi muito bem metida, mas poderia ser americano, sul-africano, ou "whatever", não interessa -, mas, porque é que este foi escolhido? Porque se apresentou, foi o único, não sei. Há aqui várias coisas que têm que ser clarificadas. Eu suporto a bondade e o desejo de que estes 180 hectares, que recorro o Plano de Pormenor de Vale da Rosa, e vale a pena fazer um bocadinho de história, porque isto é uma história muito triste para este Município, são 20 anos de paragem. O Plano de Pormenor de Vale da Rosa é de 2001, depois surgiu uma outra coisa, já mais recente de 2014, que é o Plano Estratégico Setúbal Nascente, estão recordados? Não foi assim há tanto tempo, chamaram-lhe a cidade da Música, mais uma expressão porreira, não é? Entretanto, surge o Plano de Desenvolvimento de Setúbal, este de 2026, que pelos vistos tem como consequência este documento ou um bocado destas iniciativas, bom se é assim, reparem 20 anos, vocês estão recordados daquele tempo brilhante de uma cidade nova, com um estádio novo, ali no Vale da Rosa? Lembram-se o que é que a cidade sentiu na altura? E lembram-se com certeza no que é que a cidade sentiu nos anos a seguir em termos de frustração, e muitas outras sensações más. Queremos ter a certeza jurídica que este programa é correto e pode ser executado. Queremos ter a garantia de que nós, Municípes, não iremos perder mão como perdemos para BPN's, para promotores, etc., etc. Para tal, gostaria de ouvir um pouco mais, porque aquilo que está aqui escrito é bem mais interessante do que aquilo que surgiu nos jornais, mas os jornais não fazem o nosso serviço, o nosso serviço faz-se aqui, e temos que decidir isto, porque isto é muito importante para a cidade de Setúbal".

A Sra. Presidente ausentou-se da sala sendo substituída pelo Sr. Vice-Presidente.

**Sr. Vice-presidente** – Disse que a Sra. Presidente não demorava, ele estava inscrito, as duas Bancadas da oposição já se tinham pronunciado e seguindo a regra da alternativa, seria a Bancada da CDU a falar.

Perguntou se os Srs. Vereadores só tinham aquelas dúvidas, porque ele tinha mais do que as que tinham sido ali colocadas. Por esse motivo, foi perguntando aos serviços e foi obtendo respostas, nalgumas delas recordou-se que as respostas já tinham sido apresentadas, nomeadamente na apresentação do PDM, onde tinha sido explicada essa questão das áreas urbanizáveis, sendo retiradas com a revisão do PDM, seriam depois desenvolvidas pela urbanização com novos projetos, através de Planos de Pormenor. A regra para a elaboração dos PDM que determinava as áreas, cuja urbanização que não tinha sido executada, ou que não tinha sido comprometida em contrato de execução, deviam ser retiradas das áreas urbanizáveis. À medida que fossem aparecendo as iniciativas de urbanização, seriam incluídas no PDM, com as regras do PDM, através dos Planos de Pormenor.

O Plano Diretor Municipal e os serviços do Município, asseguravam o cumprimento das regras urbanísticas. Quando era lançado um Plano de Pormenor, diziam quais os trâmites do enquadramento, quais as suas limitações, as suas condicionantes e enquadravam no PDM aquilo que se podia, ou não, desenhar no Plano de Pormenor a custo do promotor. Era pouco relevante para o Município apreciar as capacidades técnicas ou artísticas dos Arquitetos dos promotores. A função do Município era avaliar a conformidade de um Plano de Pormenor com o PDM e com a legislação do urbanismo, era isso que os serviços faziam, ver se o Plano de Pormenor estava em conformidade, ou não, com as orientações dadas com ou sem enquadramento do PDM, com as regras que lhe eram aplicáveis, não era o promotor fazer o que bem entendesse, independentemente do PDM.

Não fazia sentido nenhum fazerem um Concurso público, porque para fazerem um Concurso público era preciso que a iniciativa fosse pública, e que o Município quisesse ser o concedente de um projeto cuja responsabilidade de gestão e financeira seria do Município, não era disso que se tratava. Já tinham tido ali um Vale de Rosa, que tinha custado ao Município bastante sacrifício, porque as receitas dos financiamentos que estavam previstas desse grande megaprojeto, oferecido à cidade que tinha dado em nada. Tinham receitas projetadas que deveriam suportar o plano de saneamento financeiro, como não tinham existido, saíram das poupanças da gestão corrente desse Município. Tinham saído as poupanças, sem empréstimos bancários e tiveram que fazer obra. Isso era uma arte que cabia a poucos, poucos podiam dizer que tinham feito com ovinhos de codorniz omeletes muito saborosas.

Esse novo projeto estava enquadrado no Plano Estratégico e estava enquadrado naquela localização, uma vez tinha falhado uma promessa de um grande projeto, não iam aceitar esse estigma e matar todos os projetos que ocorressem naquela área.

Estavam a lançar o comboio na linha, a colocar o comboio em marcha, ainda não sabiam, se o projeto se ia concretizar exatamente como estava, ainda não sabiam quais os passageiros que iam entrar na carruagem na estação seguinte, mas existiam lugares reservados para alguns parceiros estratégicos era isso que cabia ao IPS.

Existia um fato relevante, existia um promotor que não era um arrivista nessa área, era alguém com meios e história nessa área. O que podiam prometer era que iam fazer tudo para que o projeto se concretizasse dentro das regras de gestão urbanística que estavam definidas no Município e que iam ser definidas com o novo PDM. O papel da oposição era verificar que isso acontecia. E o papel da oposição socialista era verificar quando chegasse a altura de o governo pedir qualquer licenciamento ou projeto especial, que dessem os pareceres necessários para desbloquear o projeto em 24 ou 48 horas, como tinha sido feito com os sobreiros no tempo da “Nova Setúbal”, era essa a agilidade que pediam ao governo.

Só existia uma certeza, iam no quadro do desenho estratégico deles, no plano que havia dois anos atrás tinham desenhado, terem a oportunidade de avançar, tentar forçar e contribuir para uma iniciativa que ia ser marcante e decisiva e que iria virar alguns capítulos do livro do desenvolvimento da cidade de Setúbal. Isso é que era importante, esse era o protocolo de

arranque era um pontapé de saída, iam trabalhar para que se concretizasse, era essa a tarefa, era essa a vontade e empenho deles.

A Sra. Presidente regressou à Sala de Sessões na altura em que o Sr. Vice-Presidente discursava.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que as dúvidas que tinham sido levantadas eram pertinentes e a tentativa de justificação do Sr. Vereador Manuel Pisco também. Esse projeto e futuro protocolo a concretizar-se seria visto com bons olhos pelos Vereadores do Partido Socialista. Era um projeto que visava o investimento no concelho. No entanto lembrava que há um tempo atrás tinha sido anunciado um investimento chinês, que vinha com uma marina, com um investimento imobiliário e com um casino e continuavam à espera de resultados desse anúncio, recordava que também tinha sido anunciado ano e meio antes das eleições autárquicas.

Em 2009, no Cartaxo, tinha sido anunciado que em 5 anos essa “Cidade do Conhecimento” se iria concretizar, mas tinha acabado por não se concretizar, agora estavam ali em Setúbal.

A Sra. Presidente tinha referido por várias vezes que batiam à porta da autarquia dezenas e dezenas de investidores com intenções e nem todos esses investidores acabavam por celebrar protocolos com a Câmara Municipal, ou a Câmara Municipal acabava por não dar andamento a essas intenções. O que ele perguntava, porque não tinha esse conhecimento, era se quando a Câmara Municipal tinha assinado o protocolo se tinha feito um trabalho de análise para além daquilo que lhes tinha sido entregue. Porque aquilo que tinha ido junto à proposta tinha sido um resumo curricular do Dr. Sam Pitroda, podiam ter ali um resumo da atividade da empresa, mas não tinham, seria bom terem esse conhecimento do investimento e de outros projetos.

Levantou outra questão, referente à cláusula 7.ª, que dizia que seria o primeiro outorgante que iria assumir a coordenação de todos os investidores e parceiros envolvidos. Pensou que deveria haver ali uma ressalva nesse ponto dois, onde a Câmara Municipal de Setúbal também tivesse uma palavra a dizer relativamente à questão dos parceiros envolvidos, porque entendiam como parceiros, por exemplo o Instituto Politécnico. Tinha sido claro que era apenas um protocolo inicial, mas deveria haver essa atenção para com as questões que tinham sido ali chamadas, e deveriam ter um maior conhecimento dessa empresa que ali tinha aparecido.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Disse que o achavam importante que após o Plano Estratégico, essa proposta regressasse à Câmara Municipal para ser aprovada antes do Plano de Pormenor.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que os cidadãos de Setúbal precisavam de ter a garantia que aquele projeto tivesse sucesso. Para chegar a bom porto tinha que cumprir todos os requisitos legais, era muito importante que isso estivesse claro, tinha algumas dúvidas que o projeto cumprisse a legislação. Tinham acabado de ouvir que o Município de Setúbal delegava a exclusividade de 180 hectares num grupo, para esse grupo ser o exclusivo operador do desenvolvimento desses 180 hectares. O Município de Setúbal era um órgão que pertencia ao estado, que estava a concessionar a um privado, mas a concessão a um privado tinha que ser feita com regras. Precisavam da garantia que o processo era perfeitamente legal, precisavam da garantia que iria existir controlo político do Município de Setúbal sobre o desenvolvimento daquilo que ali se iria fazer. Para tal gostaria de ter o compromisso da Sra. Presidente de que a aprovação desse protocolo, teria dali a algum tempo, um momento em que o Plano Estratégico e os Planos de Pormenor fossem ali à Câmara para serem revistos e aprovados. Se assim fosse, achava que estavam em perfeitas condições para avançar.

**Sra. Presidente** - Disse que o Sr. Vereador Rui Lamim, não tinha percebido nada, tinha afirmado que a Câmara Municipal tinha cedido uma área de 180 hectares sem Concurso

público e isso era gravíssimo, tinha dito coisas gravíssimas, depreendia das suas palavras que não havia má intenção, o que depreendia era que ele não tinha percebido o que estava a acontecer, por esse motivo ia explicar. Estavam a falar de um terreno privado, repetia, privado, se havia um terreno privado, se não era propriedade da Câmara, a Câmara não tinha que fazer hasta pública, se era privado era de fundos imobiliários, não tinha nada que ver com o estado central, nem com o estado local, nem com a autarquia, nem com o governo. Agora o terreno tinha que ter um uso para o qual ele estava inscrito no PDM. A Câmara não tinha que fazer hasta pública para aqueles terrenos porque eram privados, eram de um fundo imobiliário, pertenciam ao Millennium e uma pequena parte pertencia à Caixa Geral de Depósitos e a um ou dois privados.

O PDM estava a ser preparado há vários anos, e tinham havido várias alterações legislativas, e de cada vez que mudava uma lei tinham que fazer uma adaptação à nova legislação, e todas as áreas tinham que se adaptar, tudo tinha que ser reposto e reconfigurado. O PDM, em relação a essa área, já tinha tido várias negociações com o Millennium que era o maior proprietário, e tinha sido questionado sobre o uso do terreno, mas o banco não tinha nada previsto, então tinham que fazer um uso diferente no PDM, e os proprietários daquela área estiveram todos de acordo. Alguns proprietários quiseram ceder espaços para serem feitos campos para a cidade desportiva, existem lá pretensões nesse sentido e alteraram o uso. Como o PDM estava a fechar e já estava atrasado, já estava a prejudicar, nomeadamente as quintas de Azeitão e Setúbal, que eram cerca de duzentas, quando apareceu esse grupo, foram feitas várias reuniões num espaço de um mês e tal dois meses. Esse grupo disse que já tinham apresentado esse projeto a outro Município, que tinha demonstrado bastante entusiasmo, mas com o passar do tempo o processo tinha parado, também tinham feito sondagens em mais dois Municípios da Área Metropolitana, mas tinham achado que não tinha existido muita dinâmica e contactaram Setúbal, que em pouco tempo fez uma série de reuniões. Foi informado quem era o grupo, nada estava em causa, estavam a falar de um Plano Estratégico e nesse Plano Estratégico, eles foram ao terreno, falaram com os proprietários, não era a Câmara que tinha que ir lá, porque os terrenos não eram deles, os proprietários eram parceiros do grupo, eram parceiros no negócio, entravam com os terrenos. Ia ser feito um diagnóstico, uma análise, do que poderia ser, ou não, feito com aqueles parceiros e com as entidades que poderiam alavancar toda essa cidade. Eles é que sabiam quem ia entrar ali com o hotel, com a habitação, com a biblioteca, com empresas na área das novas tecnologias, na área de informática, eles tinham um conjunto de entidades com quem estavam a negociar. Depois dessa análise é que diziam se estavam prontos, ou não, para fazer o Plano de Pormenor. Portanto a Câmara não tinha que fazer hasta pública nenhuma, não tinha que escolher ninguém, porque o terreno não era deles, a Câmara só tinha que validar, ou não, o que iria acontecer naqueles terrenos. Se fosse uma indústria poluente, possivelmente diziam que não estavam interessados, que não queriam isso em Setúbal, mas estavam a falar de tecnologias que podiam dar um grande desenvolvimento àquela área, podia ser uma área âncora para o desenvolvimento da cidade, para aquele lado, ia depender do que ia ser esse Plano Estratégico e de acordo com os instrumentos que tinham, poderia, ou não, ter viabilidade para seguir para um Plano de Pormenor.

Não tinha que estar ali a comprometer-se com o Sr. Vereador, nem com ninguém, todos os instrumentos que tinham que ser aprovados pela Câmara iriam ali aquele fórum. Não existiam alterações de PDM sem que a Câmara não se tivesse que se pronunciar, isso era de lei. Se o Plano de Pormenor se viesse a concretizar, seguiria os trâmites normais. Em relação ao Plano Estratégico, não era obrigatório ir à Câmara, mas como era costume iria ali a discussão.

Em relação às eleições, elas ainda vinham longe, mas compreendia que o partido socialista estivesse nervoso. Eles não tinham ali Primeiros-Ministros, nem Ministros, nem Secretários de Estado que os acompanhassem nos bairros sociais, a dizer que iam fazer casas, quando elas não podiam ser feitas ou com promessas de milhões e milhões que quando iam executar o plano davam uns tostões. Não precisavam de Ministros, porque tudo o que faziam era com muito trabalho e muita seriedade, faziam campanha eleitoral, com toda a força e com toda a



L

pujança, no dia seguinte a ganharem as eleições, para as pessoas renovarem a confiança neles, era o que iria acontecer no próximo ano de 2021.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que tinham acabado de ouvir a Sra. Presidente dizer que o Plano Estratégico e obviamente os Planos de Pormenor iriam ali à Câmara, era essa a sua preocupação e tinha ficado contente com o desfecho final.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 8 votos a favor, 7 da CDU e 1 do PSD, e 3 abstenções, do PS.

**10. Deliberação n.º 69/20 – Proposta n.º 4/2020 – DRH/DIGAT – Recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para 2020 ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 30.º, n.º 4, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e 4.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro**

O Sr. Vice-Presidente leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 70/20 – Proposta n.º 10/2020 – DOM – Empreitada CPU50/17/DOM – Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de S. Filipe – Termos da extinção do contrato de empreitada, por revogação e aprovação da respetiva minuta**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 a 40.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que aquilo era um falhanço completo, porque era para ser uma obra financiada pelo estado a 100%, cuja execução era comandada pela Câmara Municipal de Setúbal, para ser executada em 6 meses e não tinha sido concluída. Passou mais de 1 ano, o dinheiro não tinha sido gasto e a obra não tinha sido feita. Não havia nada de bom ali.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que essa obra tinha sido acompanhada e falada na Reunião de Câmara com muita regularidade. Não conhecia o Sr. Vereador Rui Lamim, desconhecia o que sabia sobre obras e o que percebia de processos de contensão pública. A obra em questão tinha sido acompanhada pelo LNEC, pelos melhores engenheiros do LNEC, era uma obra que tinha sido confrontada com situações únicas no maciço, tinha vazios que não eram detetáveis pelos mecanismos normais de deteção de estudos geotécnicos, tinha sido gasto numa furação de vinte toda a argamassa destinada à obra, e o projeto teve que ser revisto, teve que se suspender a obra por esse motivo não se tinha gasto o dinheiro todo, não se iria pagar ao empreiteiro o dinheiro que ele não tinha gasto, a obra teve que ser suspensa e teve que ser feito um novo projeto. Essa questão tinha sido discutida com o LNEC, COBA, POSEUR, Direção-Geral de Finanças e com a Direção Geral da Cultura, e todos estiveram de acordo, essa fase da obra teve que ser concluída. Não era possível em cima de uma empreitada de um milhão e duzentos mil, fazer uma empreitada de quatro milhões e meio,



quase cinco milhões, tinha sido necessário concluir essa obra e fazer uma segunda fase. Isso era um processo técnico, o Sr. Engenheiro Chefe do LNEC, que percorria o mundo com processos desses, nunca tinha visto em nenhuma parte do mundo o tipo de maciço encontrado ali.

Não percebia qual era o falhanço, o que o Sr. Vereador tinha dito era uma barbaridade, não sabia do que falava, e com a afirmação que tinha feito, tinha insultado dezenas de profissionais dos mais qualificados do país que tinham estado a trabalhar naquela obra. O que seria lógico era que aquele forte não existisse ali, tendo em conta o carácter imprevisível daquele maciço. O que estava a ser feito era um trabalho de contenção daquele maciço, que ia ser cinco vezes superior em termos de contenção ao inicialmente previsto. O Sr. Vereador, antes de falar devia perguntar para não dizer asneiras.

**Sr. Vereador Rui Lamim** – Disse que tinham acabado de ouvir que a lógica era que o Forte de São Filipe não existisse no seu sítio, mas ele existia, se haviam palavras duras, essas seriam certamente para o processo que tinha sido encontrado, para a fiscalização da obra. Admitia que muito boa gente tenha trabalhado nessa obra, mas o problema estava no início, com o tipo de trabalho que era necessário fazer e as especificações do contrato que não podiam ser tão minuciosas, porque quando se fazia esse tipo de obras tinha que se reservar a capacidade para adaptar ao sítio. E o Forte de São Filipe ia lá ficar e estava lá muito bem.

**Sra. Presidente** – Perguntou ao Sr. Vereador Rui Lamim se no seu partido tinham reuniões sobre o que se passava ali ou em Setúbal. Esse assunto já tinha ido à Câmara, mais do que uma vez e tinha sido aprovado por unanimidade. Disse que estava incrédula, o Sr. Vereador criticava quem estava a tomar conta da obra, e não tinha que o fazer, porque esse monumento era Nacional, não era da Câmara Municipal de Setúbal, não tinha que se dirigir à Câmara Municipal com ar de desconfiança. Esse edifício era do governo, em boa hora o governo do partido socialista, tinha confiado na Câmara Municipal, tinha falado com a Câmara Municipal e com o LNEC e tinha pedido à Câmara Municipal ajuda para que os procedimentos fossem feitos através dela, e era o que estavam a fazer. Estavam em permanente diálogo com o governo, tinham lançado a obra, mas o LNEC detetou um grande vácuo no meio das muralhas. A obra necessária era muito superior à que tinha sido feita e para segurança de todas as pessoas e do próprio monumento, o governo decidiu, e bem, avançar para uma segunda fase da obra que era muito superior à primeira fase, que já se encontrava feita. Se no seu partido, Sr. Vereador, os tivessem informado do perigo e do que estava ali a acontecer e da forma como o governo e a Câmara Municipal estavam a resolver um problema muito complicado, para as pessoas e para o monumento o Sr. Vereador deveria ter ficado contente com a segunda fase da obra, em vez disso tinha ficado com ar de desconfiança. Aquela obra não era deles, tinham acolhido em conjunto com o governo resolver aquele problema, mas era da responsabilidade direta do governo.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

## **12. Deliberação n.º 71/20 – Proposta n.º 20/2020 – DCDJ/DICUL – Fixação de preços de venda de ingressos, na Casa da Cultura, para as Comemorações do Dia Mundial do Teatro**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 41, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 72/20 – Proposta n.º 21/2020 – DCDJ/DICUL – Carnaval 2020 – Apoio para atividades de Carnaval**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 73/20 – Proposta n.º 22/2020 – DCDJ/DICUL – Protocolos de colaboração - Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi, Grupo Coral da Escola Secundária de Bocage, Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 a 46, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 74/20 – Proposta n.º 23/2020 – DCDJ/DICUL – Apoio financeiro Disrupção – Associação Cultural**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 47, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**16. Deliberação n.º 75/20 – Proposta n.º 24/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio à Banda Filarmónica da Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense – fardamento**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 48, não tendo havido discussão.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**17. Deliberação n.º 76/20 – Proposta n.º 25/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio financeiro à Associação de Moradores do Bairro da Anunciada – Homenagem ao músico Manuel Carlos Casalão**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 49 e 50.

**Sr. Vereador Fernando José** – Disse que queria fazer uma referência muito simples, era a segunda homenagem feita por coletividades do nosso concelho, tinha sido feita uma pelo grupo desportivo “Os Amarelos”, coletividade onde tinha jogado futebol nos iniciados, tinha uma ligação a essa coletividade. Essa segunda homenagem era a prova que o Manuel Carlos

4

tinha tido uma participação ativa e importante no movimento associativo no nosso concelho. Certamente o Sr. Vereador e a Câmara Municipal de Setúbal, estavam atentos e que a comemorar 50 anos de carreira era um bom momento para em setembro o Manuel Carlos ser homenageado pela Câmara Municipal de Setúbal.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 77/20 – Proposta n.º 26/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio financeiro Teatro do Elefante – Ação Cultural – C.R.L.**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 e 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 78/20 – Proposta n.º 27/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio financeiro Associação Cultural TOMA – Teatro Oficina Multi Artes**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 53 e 54, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 79/20 – Proposta n.º 28/2020 – DCDJ/DICUL - Apoio ao 44.º Festival Nacional de Folclore de Praias do Sado – Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original ficou anexo à presente ata sob o registo n.º 55, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 80/20 – Proposta n.º 29/2020 – DCDJ/DICUL - Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Setúbal Voz**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 56 e 57, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 81/20 – Proposta n.º 30/2020 – DCDJ/DICUL - Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e Galeria Zé dos Bois, Associação Cultural**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 58 e 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 82/20 – Proposta n.º 31/2020 – DCDJ/DICUL - Protocolos de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Cultural do Conservatório Regional de Setúbal, Coral Infantil de Setúbal, Coral Luísa Todi**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 60 a 63, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 83/20 – Proposta n.º 32/2020 - DCDJ/DICUL - Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e as Bandas Filarmónicas: Sociedade Filarmónica Perpétua Azeitonense, Sociedade Filarmónica Providência e Sociedade Musical Capricho Setubalense**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 64 a 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 84/20 – Proposta n.º 33/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro ao Clube Ornitológico de Setúbal – Eventos Desportivos 2020**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 68, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**26. Deliberação n.º 85/20 – Proposta n.º 34/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Setúbal – Competições Desportivas.**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 69 e 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**27. Deliberação n.º 86/20 – Proposta n.º 35/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro à Associação de Atletismo Lebres do Sado - Organização Eventos 17.ºs Jogos do Sado.**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 71 e 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 87/20 – Proposta n.º 36/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro ao Centro Ciclista Azeitonense – 30.º Prémio Juvenil da Aldeia da Piedade.**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 88/20 – Proposta n.º 37/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro ao Clube de Ténis de Mesa de Setúbal.**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**30. Deliberação n.º 89/20 – Proposta n.º 38/2020 - DCDJ/DIDES - Apoio financeiro à Federação Portuguesa de Damas - Eventos Desportivos 2020.**

O Sr. Vereador Pedro Pina leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 75, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**31. Deliberação n.º 90/20 – Proposta n.º 01/2020 - DAAE/DIAES - Isenção de Taxas de utilização dos equipamentos comuns do NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal - auditório, sala de formação e sala de reuniões - 4.º trimestre de 2019.**

A Sra. Vereadora Eugénia Silveira leu a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 76, não tendo havido discussão sobre a mesma.

A Sra. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

### **C) Período destinado à intervenção do Público**

**Sr. Paulo Batista** – Disse que tinha assinado um contrato de uma habitação em dezembro de 2013. Tinha as rendas pagas, tinha um contrato e a Câmara queria que ele entregasse o contrato para fazer outro.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Disse que era um processo que acompanhavam há algum tempo, aquando da morte do pai do inquilino, tinha havido uma confusão na transmissão, que tinha sido resolvida há uns anos largos atrás. Entretanto a lei tinha mudado e era necessário entregar novamente documentos e fazer um novo contrato. Tinha reunido com o senhor Paulo, na medida em que ele se recusava a entregar os documentos de atualização da renda. O senhor Paulo não tinha o novo contrato, defendia o contrato antigo, alegando que a câmara queria que ele assinasse um novo contrato para lhe tirarem a casa. Tinham que encontrar outras soluções de contacto e convencimento, já tinham tentando falar com familiares, mas estava difícil. Era um processo que estava a ser acompanhado, mesmo ao nível de inclusão estavam a tomar medidas para ver se conseguiam encontrar uma solução, não estava em causa a casa do senhor, ele pagava a renda religiosamente, o que se tratava era de regularizar a situação. O senhor estava na casa dele, que tinha alguns problemas de insalubridade, e outros problemas complicados, estava a ser acompanhado e iam ver o que se podia fazer.

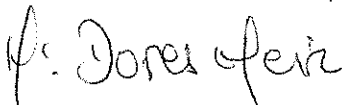
**Sra. Presidente** – Disse que o senhor não devia nenhuma renda, nem ninguém o queria por na rua, mas o que estavam a dizer era que a legislação tinha alterado e todos os vizinhos já tinham assinado novos contratos, ninguém tinha tirado a casa a ninguém, nem mesmo aqueles que não tinham as rendas em dia, esses estavam a fazer um plano de pagamentos, mas ninguém lhes tinha tirado a casa, o senhor Paulo era o único que ainda não tinha feito novo contrato, a legislação tinha mudado e tinha que ser feito um contrato de acordo com a nova legislação.

A Sra. Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e cinquenta e cinco minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do Artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara,



Maria da Dores Marques Banheiro Meira

4

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 4 de março de 2020, por unanimidade, contém 32 folhas numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



Paulo Jorge Símões Hortênsio

Ata elaborada por:  
Carlos Mendes  
Aldora Poeira  
Vítor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Paulo Hortênsio